



SÃO PAULO OBRAS

Núcleo de Licitações e Contratos

Avenida São João, 473, 21º andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01035-904

Telefone:

Contrato; Nº 0482032100

PROCESSO Nº 7910.2020/0000795-7

Pelo presente instrumento particular, de um lado a empresa **SÃO PAULO OBRAS - SPObras**, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 11.958.828/0001-73, com sede nesta Capital na Av. São João, 473, 21º andar, neste ato representada por seu Diretor Administrativo e Financeiro, RONALDO DO PRADO FARIAS, portador do RG nº 18.854.704-6 - SSP/SP e CPF nº 114.495.888-16 e por seu Diretor de Projetos, JOSE EDUARDO VILLELA, portador do RG nº 9.404.474 SSP/SP e CPF nº 051.639.078-32, doravante denominada **SPObras**, e de outro lado a **EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO I MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – PRODAM-SP – S.A.** com sede na Av. Francisco Matarazzo, 1.500 – Edifício Los Angeles – Água Branca, inscrita no CNPJ sob nº 43.076.702/0001-61, neste ato representada pelo Diretor Presidente ,ALEXANDRE GONÇALVES DE AMORIM, portador da Cédula de Identidade RG nº.18.048.716-4-SSP-SP e CPF/MF nº 144.685.858-89, e por seu Diretor de Desenvolvimento e Operações de Sistemas, ALEXANDRE GEDANKEN, portador da Cédula de Identidade RG nº RG 26.610.002-8-SSP-SP e CPF/MF nº 428.213.204-34, ao final assinada, doravante denominada simplesmente **PRODAM**, firmam o presente contrato com fundamento no artigo 106, caput, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da São Paulo Obras - SPObras, e na forma da proposta técnica comercial da PRODAM e das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de “ **Microsoft Office 365**”, para o suporte dos negócios para a São Paulo Obras – SPObras, conforme **proposta PC-SPOBRAS - 200930-119, “VERSÃO 2.0”**, parte integrante deste.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. Os serviços serão prestados na forma e condições estabelecidos na proposta **PC-SPOBRAS - 200930-119, “VERSÃO 2.0”**, que contém sua descrição, detalhamento, condições, forma e prazo de execução.

2.2. O montante de recursos estimados para execução do contrato está descrito na proposta **PC-SPOBRAS - 200930-119, “VERSÃO 2.0”**, que faz parte integrante deste, e que só poderá ser alterado mediante concordância das partes e através de troca de correspondência.

2.3. Todas as informações e comunicações entre a **SPObras** e a **PRODAM**, deverão ser feitas por escrito. Todas as decisões resultantes de reuniões realizadas entre as partes deverão ser formalizadas por ata de reunião circunstanciada.

2.4. A **SPObras** ou a **PRODAM** não poderão, a qualquer título, reproduzir ou copiar, ceder ou transferir, alugar ou vender os sistemas e/ou os aplicativos implantados, sem o expresse consentimento da **PRODAM**.

2.5. Os serviços descritos na proposta **PC-SPOBRAS - 200930-119, “VERSÃO 2.0”**, serão acompanhados de seus produtos, quando for o caso, e entregues mediante formulário especial, contra assinatura de protocolo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O presente contrato vigorará pelo período de 12 (doze) meses a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, nos termos do artigo 57 Inciso IV da Lei Federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1. O valor total estimado do presente contrato é **R\$ 104.997,72** (Cento e quatro mil, novecentos e noventa e sete reais e setenta e dois centavos), sendo que os recursos financeiros são oriundos da própria **SPObras**.

CLAUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

5.1. A **PRODAM** obriga-se a:

5.1.1. Executar os serviços, objeto deste contrato, pelos preços, quantidades totais e na forma definida na proposta **PC-SPOBRAS - 200930-119, “VERSÃO 2.0”**, no qual estão incluídos todos os custos diretos e indiretos de demais despesas de qualquer natureza;

5.1.2. Manter o completo sigilo sobre os dados, informações e pormenores fornecidos pela **SPObras**, bem como não divulgar a terceiros quaisquer informações relacionadas com o objeto deste contrato, sem a prévia autorização, por escrito, da **SPObras**, respondendo civil e criminalmente pela inobservância destas obrigações;

5.1.3. Prover os serviços ora contratados de acordo com o estabelecido na proposta **PC-SPOBRAS - 200930-119, “VERSÃO 2.0”**, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;

5.1.4. Manter a **SPObras** permanentemente informada sobre o andamento dos serviços, indicando o estado e progresso desses serviços e eventuais irregularidades que possam prejudicar sua execução;

5.1.5. Desenvolver seus serviços em regime de integração e colaboração com a **SPObras**;

5.1.6. Responder por quaisquer despesas decorrentes da prestação de serviços, seja eles relativos aos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, bem como os custos com transporte de pessoal, equipamentos e materiais;

5.1.7. Manter a segurança física dos dados relativos ao processamento dos Sistemas quando estes forem executados no seu ambiente operacional;

5.1.8. Responder por todos os danos causados culposamente à **SPObras** e a terceiros durante a execução do presente contrato;

5.1.9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação oferecida na proposta, inclusive pessoal adequado e capacitado em todos os níveis do trabalho, dentro dos recursos disponibilizados na proposta **PC-SPOBRAS - 200930-119, “VERSÃO 2.0”**;

5.1.10. Não contratar ou manter em seu quadro funcional, durante a prestação dos serviços objeto deste contrato, menores de idade fora das condições indicadas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, sob pena de rescisão contratual, conforme disposto no inciso XVIII dos art. 78 da Lei Federal n 8.666/93, e suas atualizações.

5.2. A **SPObras** obriga-se a:

5.2.1. Providenciar em tempo hábil, de acordo com as solicitações da **PRODAM**, levantamentos de informações pertinentes aos serviços, fixação de diretrizes necessárias à definição e eventuais autorizações específicas para atuação junto a terceiros;

5.2.2. Realizar uma solicitação de Ativação, indicar a quantidade de licenças que serão ativadas, bem como qual perfil será atribuído para cada usuário;

5.2.3. Efetuar os pagamentos devidos à **PRODAM**, dentro dos prazos estabelecidos;

5.2.4. Acompanhar a execução dos serviços no seu respectivo detalhamento;

5.2.5. Facilitar a **PRODAM**, o acesso a todos os documentos, informações e demais elementos que possuir, quando necessário ou conveniente a implantação das licenças.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

6.1. Não obstante a **PRODAM** seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços objeto deste contrato, a **SPObras** reserva-se o direito de, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização dos serviços contratados.

6.2. A fiscalização dos serviços pela **SPObras** não exonera nem diminui a completa responsabilidade da **PRODAM** por qualquer inobservância ou omissão em relação às cláusulas contratuais aqui estabelecidas.

6.3. Todas as solicitações, reclamações, exigências ou observações, bem como as anotações referentes ao andamento das atividades e o encaminhamento de correspondência relacionada com a execução dos serviços objeto deste contrato, feitas pela fiscalização da **SPObras** à **PRODAM**, ou vice-versa, somente produzirão efeitos vinculatórios se forem processadas por escrito.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. Para recebimento dos pagamentos que lhe forem devidos, a **PRODAM** emitirá os Documentos Fiscais correspondentes aos serviços concluídos nos valores previstos na proposta **PC-SPOBRAS - 200930-119, “VERSÃO 2.0”**, em até 02 (dois) dias do atestado de execução dos serviços pela **SPObras**, devendo ser entregues no Protocolo Geral da **SPObras**, localizado na Av. São João nº 473, 21º andar, São Paulo, e sua data de entrega ser registrada no próprio documento e no comprovante de entrega a ser devolvido à **PRODAM**.

7.2. Os levantamentos e entendimentos necessários para verificação da importância efetivamente devida deverão ser efetuados de comum acordo, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos.

7.3. Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da **SPObras**, localizada na Av. São João nº 473, 21º andar ou através de crédito em conta corrente bancária a ser informado pela **PRODAM**, a 30 (trinta) dias contados a partir da data de entrega do Documento Fiscal, com exclusão do dia do início e incluído o dia do vencimento.

7.3.1 Se a **PRODAM** atrasar a entrega dos Documentos Fiscais, a **SPObras** postergará o prazo de pagamento por período igual ao atraso, sem qualquer valor adicional;

7.3.2. No caso de rejeição, o documento rejeitado será devolvido à **PRODAM** para refazimento e reapresentação, o que deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis do recebimento do documento rejeitado, reiniciando-se, no momento da reapresentação, a contagem do prazo de pagamento, não cabendo qualquer valor adicional;

7.3.3. Juntamente com os Documentos Fiscais, a **PRODAM** deverá apresentar cópia do comprovante de recolhimento, à Prefeitura do Município de São Paulo, do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), a guia da Previdência Social GPS, a guia do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS e conectividade social, correspondente aos serviços prestados no mês.

7.4. Nenhum pagamento será efetuado à empresa enquanto pendente de regularização qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso

gere qualquer pleito econômico.

7.5. Fica expressamente estabelecido que a SPObras não aporá aceite em duplicatas, triplicatas e letras de câmbio, não fará pagamentos através de cobrança bancária, e que somente liquidará os títulos que portem, no verso, a cláusula "Vinculado à verificação de cumprimento de cláusulas contratuais", firmada pelo emitente e eventuais endossatários.

7.6. A SPObras estará impedida de efetivar qualquer pagamento à PRODAM, no caso de seu registro no Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, nos termos da Lei Municipal nº 14.094/05 e Decreto nº 47.096/06.

CLÁUSULA OITAVA – DOS TRIBUTOS

8.1. Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, após a data de aceitação da proposta **PC-SPOBRAS - 200930-119, “VERSÃO 2.0”**, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso (Artigo 65, § 5º, Lei Federal 8.666/93).

8.2. Todos os tributos e demais encargos devidos em decorrência, direta ou indireta, deste ajuste, que sejam de exclusiva responsabilidade da **PRODAM**, serão por ela recolhidos, sem direito a reembolso. Quando a **SPObras** for a fonte retentora, esta descontará e recolherá, nos prazos da lei, dos pagamentos que efetuar, a parte que for devida pela **PRODAM**, segundo a legislação vigente.

8.3. A **SPObras** reserva-se o direito de solicitar à **PRODAM**, quando entender conveniente, a exibição dos comprovantes de recolhimento dos tributos e demais encargos devidos, direta ou indiretamente, por conta deste contrato.

8.4. Os pagamentos de todos e quaisquer tributos, multas ou ônus oriundos da execução deste contrato são de responsabilidade da **PRODAM**, principalmente aqueles de natureza comercial, fiscal, previdenciária e trabalhista resultantes da sua execução.

8.4.1. A inadimplência da **PRODAM** com referência aos encargos acima estabelecidos não transfere à **SPObras** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato.

8.5. Se durante o prazo de vigência deste contrato forem criados novos tributos, taxas, encargos e contribuições fiscais e parafiscais, ou modificadas as alíquotas dos atuais, a **SPObras**, analisará os respectivos efeitos sobre a presente contratação.

8.5.1. Caso haja diferença a maior, a **SPObras** somente procederá ao pagamento mediante comprovação, pela **PRODAM**, do ônus daí decorrente;

8.5.2. Na hipótese de a **PRODAM** vier a beneficiar-se de isenções junto ao Fisco, a **SPObras** procederá a revisão do custo indicado na data base.

CLÁUSULA NONA – DO PREÇO E REAJUSTES

9.1. Caso ocorra a prorrogação da vigência contratual, o valor da remuneração definido no item 4.1, será reajustado a cada 12 meses, nos termos do Decreto Municipal nº 57.580 de 19/01/17,

fica adotado como índice de reajuste, o equivalente ao centro da meta de inflação fixada pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, válida no momento da aplicação do reajuste.

9.1.1. Na hipótese da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ultrapassar, nos 12 (doze) meses anteriores à data da aplicação do reajuste, o centro da meta, em quatro vezes o intervalo de tolerância estabelecido pelo CMN, o reajuste de que trata o “caput” deste artigo será correspondente ao próprio IPCA verificado no período em questão.

9.1.2. Excepcionalmente, na vigência da Portaria SF nº 389, de 18 de dezembro de 2017, será adotado, na aplicação do reajuste, o Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.

9.1.2.1. Caso não seja conhecido o índice do mês da efetiva execução dos serviços para fechamento da medição mensal, será adotado o último índice publicado. Após a obtenção do índice relativo ao mês da medição, será processado novo cálculo de reajustamento, onde a diferença constatada, conforme seja, será corrigida através de débito ou crédito em faturamento posterior.

9.2. O marco inicial para cômputo do período de reajuste será a data base da proposta, nos termos do que dispõe a Lei Federal nº 10.192/2001.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA INAPLICABILIDADE DE NOVAÇÃO AUTOMÁTICA

10.1. Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissão, a inobservância, no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas e condições deste contrato e/ou de seus anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar, ou de qualquer forma afetar ou prejudicar essas mesmas cláusulas e condições, as quais permanecerão inalteradas como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PENALIDADES

11.1. Pelo descumprimento das obrigações assumidas a **PRODAM** estará sujeita às penalidades previstas no Capítulo IV, Seção II, da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, Lei Municipal nº 13.278/02, Decreto Municipal nº 44.279/03, estando sujeita ainda às seguintes multas:

11.1.1. Advertência escrita, a ser aplicada para infrações não graves que, por si só, não ensejem a rescisão do contrato ou sanção mais severa;

11.1.2. Em caso de descumprimento dos prazos determinados será cobrado multa de 0,1 % (um décimo por cento) por dia de atraso sobre o valor do serviço, até o limite de 90 dias, após o qual se configurará inexecução total do contrato;

11.1.3. Multa de 3% (três por cento) sobre o valor do serviço, pelo atraso no início da execução dos serviços;

11.1.4. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor correspondente à parcela do serviço inexecutada, sem prejuízo do desconto desse valor (base de cálculo da multa) do preço mensal, pela inexecução parcial;

11.1.5. Multa de 0,5% (meio por cento) sobre o preço mensal, pelo descumprimento de qualquer outra cláusula, que não diga respeito diretamente à execução do objeto contratual;

11.1.6. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, pela rescisão do contrato por culpa da **PRODAM**;

11.1.7. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, pela inexecução total do objeto contratual.

11.2. A aplicação de qualquer penalidade prevista neste contrato não exclui a possibilidade de aplicação das demais, bem como das penalidades previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores e na Lei Municipal nº 13.278/02, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 44.279/03 no que couber.

11.3. O prazo de pagamento de multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada, sendo possível, a critério da **SPObras**, o desconto das respectivas importâncias do valor eventualmente devido a **PRODAM**.

11.4. O atraso no pagamento acarretará a incidência de juros moratórios, na razão de 0,5% (meio por cento) pro-rata tempore, desde a data de vencimento da obrigação contratual até a data do efetivo pagamento, bem como a aplicação de multa, na razão de 2% (dois por cento) sobre a parcela em atraso.

11.5. As multas eventualmente aplicadas serão irreversíveis, mesmo que os atos ou fatos que as originaram sejam reparados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ANTICORRUPÇÃO

12.1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

13.1. O presente contrato poderá ser rescindido total ou parcialmente, ressalvados à **SPObras**, os direitos que lhe são próprios.

13.1.1. Na hipótese de rescisão deverá a **PRODAM** proceder à entrega dos serviços já concluídos ou que possam ser finalizados antes dos prazos, cabendo à **SPObras** recebê-los e efetuar o respectivo pagamento;

13.1.2. A rescisão se operará mediante comunicação escrita, remetida com 30 (trinta) dias de antecedência, seja por inadimplemento de qualquer de suas cláusulas ou condições, seja por intercorrência de qualquer das hipóteses previstas na Lei Federal Nº. 8.666/93, ficando reconhecidos à **SPObras**, desde logo, em caso de rescisão administrativa, os direitos que lhe são assegurados nos termos desta Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. As partes não serão responsabilizadas pelos atrasos, faltas ou prejuízos resultantes de caso fortuito ou de força maior, nos termos do artigo 393 do Código Civil, desde que, para tal fim, comuniquem e comprovem até 48 (quarenta e oito) horas após o evento.

14.2. Todas as informações e comunicações entre a **SPObras** e a **PRODAM**, deverão ser feitas por escrito. Todas as decisões resultantes de reuniões realizadas entre as partes deverão ser formalizadas mediante troca de correspondência, contendo a identificação do assunto, do número do contrato e objeto, devidamente protocolizada, devendo as endereçadas à **SPObras** ser entregues no seu Protocolo Geral.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. O Foro da Comarca da Capital de São Paulo, em uma das Varas da Fazenda Pública, é o competente para dirimir as questões decorrentes deste contrato.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente, em 02 vias de igual teor.

São Paulo,

Pela SPObras:

RONALDO DO PRADO FARIAS

Diretor Administrativo e Financeiro

JOSÉ EDUARDO VILLELA

Diretor de Projetos

Pela PRODAM:

ALEXANDRE GONÇALVES DE AMORIM

Diretor Presidente

ALEXANDRE GEDANKEN

Diretor de Desenvolvimento e Operações de Sistemas



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Bracco Delgado de Aguiar, Gerente**, em 04/11/2020, às 10:44, conforme art. 49 da Lei Municipal 14.141/2006 e art. 8º, inciso I do Decreto 55.838/2015



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Gonçalves de Amorim, Diretor(a)-**



Presidente, em 04/11/2020, às 12:09, conforme art. 49 da Lei Municipal 14.141/2006 e art. 8º, inciso I do Decreto 55.838/2015



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Gedanken, Diretor(a)**, em 04/11/2020, às 16:44, conforme art. 49 da Lei Municipal 14.141/2006 e art. 8º, inciso I do Decreto 55.838/2015



Documento assinado eletronicamente por **Jose Eduardo Villela Santos, Diretor(a)**, em 06/11/2020, às 09:25, conforme art. 49 da Lei Municipal 14.141/2006 e art. 8º, inciso I do Decreto 55.838/2015



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo do Prado Farias, Diretor(a) Administrativo(a) e Financeiro(a)**, em 06/11/2020, às 14:36, conforme art. 49 da Lei Municipal 14.141/2006 e art. 8º, inciso I do Decreto 55.838/2015



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **035044052** e o código CRC **6F5E7085**.
